

Destaque Rural Nº 226

17 de Abril de 2023



INTERESSES SOBRE OS RECURSOS MINERAIS EM CABO DELGADO: UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE *CLUSTERS*

Jerry Maquenzi

1. INTRODUÇÃO

A província de Cabo Delgado é conhecida por ser dotada de inúmeros recursos naturais em Moçambique, tendo-a tornado conhecida a nível mundial e a atrair grandes investidores, nacionais e estrangeiros, para o sector mineiro e de hidrocarbonetos.

Neste texto, através de uma análise de *clusters*, procura-se analisar os interesses empresariais no sector mineiro e o nível de heterogeneidade externa ou homogeneidade interna¹ de grupos de empresas no acesso às licenças mineiras em Cabo Delgado, no período entre 1993 e 2022.

O texto está subdividido em cinco secções, nomeadamente: introdução; o enquadramento - onde se faz o resumo dos principais estudos realizados sobre os interesses empresariais na mineração em Moçambique e, em particular, na província de Cabo Delgado; metodologia - são apresentadas as técnicas de recolha de dados, as fontes de dados, as variáveis em estudo e a técnica de análise de dados; resultados - são apresentados os tipos de licenças analisados e a sua evolução quantitativa nos últimos 29 anos, e apresentados os grupos de empresas que se destacaram no licenciamento mineiro em Cabo Delgado; e, por último, o resumo - onde se faz a síntese dos resultados das análises realizadas e as constatações.

2. ENQUADRAMENTO

Os interesses empresariais no sector mineiro em Cabo Delgado cresceram nos últimos anos e concentraram-se na exploração de rubis, ouro, turmalina, grafite, minerais associados e pedra de construção. Contudo, o acesso a licenças mineiras é controlado por um grupo restrito de empresas nacionais e estrangeiras. Os pedidos de licenciamento para actividades mineiras são submetidos ao ministro que superintende a área dos recursos minerais em

¹ A homogeneidade interna significa que os membros do grupo apresentam características comuns. E heterogeneidade externa significa que as características entre os grupos são distintas.

Maputo. Rantala (2022) refere que as concessões mineiras são aprovadas a nível central, muitas vezes sem a devida consulta pública aos governos distritais e às comunidades afectadas (Rantala, 2022, p. 1).

Além disso, tem-se assistido a aquisições milionárias a indivíduos/empresas detentores de licenças de mineração na província de Cabo Delgado. Recentemente, a Fura Gems adquiriu nove licenças de exploração de rubis no norte de Moçambique, tornando-a empresa com maior área de exploração de rubis no país. De igual maneira, a empresa de mineira Gemrock adquiriu seis licenças para a prospecção de rubis em Montepuez (E-Global, 2018) & (Beula, 2022, p. 3). Nestas aquisições destacam-se empresas com participação accionária estrangeira e de cidadãos nacionais não identificados.

Desde 2017, altura em que se registaram os primeiros ataques armados em Cabo Delgado, os pedidos de e as aquisições de licenças para áreas de exploração de recursos minerais continuaram a aumentar, envolvendo grupos económicos nacionais (uma elite restrita do partido no poder) e empresas estrangeiras. Estudos recentes revelam que há, na província de Cabo Delgado, uma tendência de aumento de pedidos de licenças mineiras, com maior enfoque em concessões mineiras. Mate (2021) constatou que a Mwiriti Mining, Lda., detida pelos sócios General na Reserva Raimundo Pachinuapa e Asghar Fakhir, controla 7% do total (113 licenças) das licenças de concessões mineiras em Cabo Delgado, enquanto cada uma das restantes empresas controla entre 0,88% e 4% do total das licenças emitidas na província.

As evidências mostram, claramente, que existem empresas que concentram maior número de licenças de concessão mineira na província de Cabo Delgado. Entre 1992 e 2016 foram emitidas 67 licenças de concessão mineira, enquanto no período entre 2017 e 2021, emitiram-se 46 licenças de concessão mineira, grande parte das quais está concentrada na exploração de turmalina, pedra de construção, grafite, ouro e rubi (Mate, 2021, p. 2-7). Com a ascensão de Raimundo Pachinuapa nos negócios do sector mineiro, a partir de 2010, surgiram novos empresários nesta actividade. Bande (2022) constatou, no seu estudo de jornalismo investigativo, que, entre 2019 e 2022, o cidadão Cosme Jacinto Nyusi, irmão do actual presidente de Moçambique, expandiu os seus investimentos para o sector mineiro, tendo registado, neste período, pelo menos 3 empresas no sector mineiro em seu nome. Além disso, ele adquiriu participações empresariais no mesmo sector (Bande, 2022, p. 1).

A participação de indivíduos próximos de figuras proeminentes no país nos negócios no sector mineiro constitui uma prática recorrente de todos os chefes de Estado moçambicanos que governaram o país após a morte do presidente Samora Machel. Foi assim durante a governação de Joaquim Chissano, continuou com Armando Guebuza e na governação de Filipe Nyusi a prática repete-se (Bande, 2022, p. 1).

O presente estudo procura complementar a literatura existente, aprofundando alguns aspectos não discutidos de maneira detalhada sobre a evolução da emissão das licenças mineiras em Cabo Delgado, aplicando uma técnica de tratamento quantitativo de dados, que permite distinguir os grupos menos beneficiados e os mais beneficiados no licenciamento mineiro. Esta técnica permite, igualmente, distinguir grupos com características homogéneas entre si e heterogéneas entre os grupos no acesso a licenças mineiras.

3. METODOLOGIA

O estudo utilizou uma metodologia quantitativa baseada na análise de dados secundários. Consultaram-se artigos e estudos que se debruçam sobre várias temáticas em sede dos interesses minerais em Moçambique, na província de Cabo Delgado.

A análise do acesso e da distribuição das licenças mineiras baseou-se em três principais variáveis: Área (Ha) e Tempo de legalização (TL). Neste estudo foram consideradas todas as licenças "em vigor"².

Os dados das licenças mineiras foram recolhidos no portal do cadastro mineiro de Moçambique, de Março de 2021 a Setembro de 2022. Foram recolhidos dados sobre 53 licenças de concessão mineira, 49 licenças de certificado mineiro e 53 licenças de prospecção e pesquisa.

A análise de *cluster* foi o método de análise de dados utilizado, com o objectivo de identificar as empresas que apresentam características homogéneas entre si e heterogéneas entre os grupos ao longo dos últimos anos no licenciamento mineiro em Cabo Delgado. A análise de *cluster* desenvolvida no âmbito do presente estudo baseou-se no método de agrupamento não hierárquico designado por K-means, que genericamente consiste na transferência de um indivíduo para o *cluster* cujo centróide se encontra a menor distância (ANACOM, 2010, p. 63)³.

² Existem ainda licenças com atribuição pendente, oposição pendente, prorrogação pendente, pedido e Aprovação pendente

³ Os dados satisfazem todos os pressupostos de análise de *cluster* e, para o efeito, foram utilizados os testes de esfericidade de Bartlett³ e teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)³. Os testes realizados permitiram concluir que somente os dados das licenças de concessão mineira é que se adequam satisfatoriamente à análise de *cluster*. Neste contexto, a análise de *cluster* no âmbito deste estudo foi realizada sobre as licenças de concessão mineira. O processo de padronização foi feito, directamente, no programa estatístico JAMOVI versão 2.3.21. Foram utilizados os algoritmos MacQueen e Hartgan-Wong para gerar os *clusters* e validar os resultados.

4. RESULTADOS

4.1. Evolução da Emissão de Licenças Mineiras em Cabo Delgado

a) Concessão Mineira

Um ano antes da realização das eleições gerais e multipartidárias em Moçambique, a província de Cabo Delgado já emitia licenças de concessão mineira. Do total das licenças emitidas entre 1993 e 2022, cerca de 15,2% das licenças correspondeu ao período de 1993-2016, período pré-conflito armado, concentradas na exploração de grafite. Entre 2006 e 2016, as percentagens de licenças emitidas encontravam-se abaixo de 4% do total de licenças emitidas no período. Em 2017, iniciaram os ataques armados, mas não houve interrupção da emissão de licenças mineiras, tendo sido emitidas cerca de 15,2% de licenças de concessão mineira do total emitido no período. Ou seja, as licenças emitidas em 2017 são em número igual às licenças emitidas em 23 anos (período pré-conflito). No período em que se registaram maiores incidentes armados (2018-2020), houve um aumento de emissão de licenças de concessão mineira, tendo sido emitidas cerca de 30,4% de licenças, em 2018 (que corresponde ao dobro das licenças emitidas no período pré-conflito e 2017), e 21,5%, em 2019 (gráfico 1). A maior parte das licenças emitidas concentrou-se na exploração de grafite, minerais associados, ouro, turmalina e rubi. Mate (2022) constatou que, no período dos ataques armados em Cabo Delgado, as licenças de concessão mineira aumentaram em 68% em relação ao período pré-conflito (1992-2016).

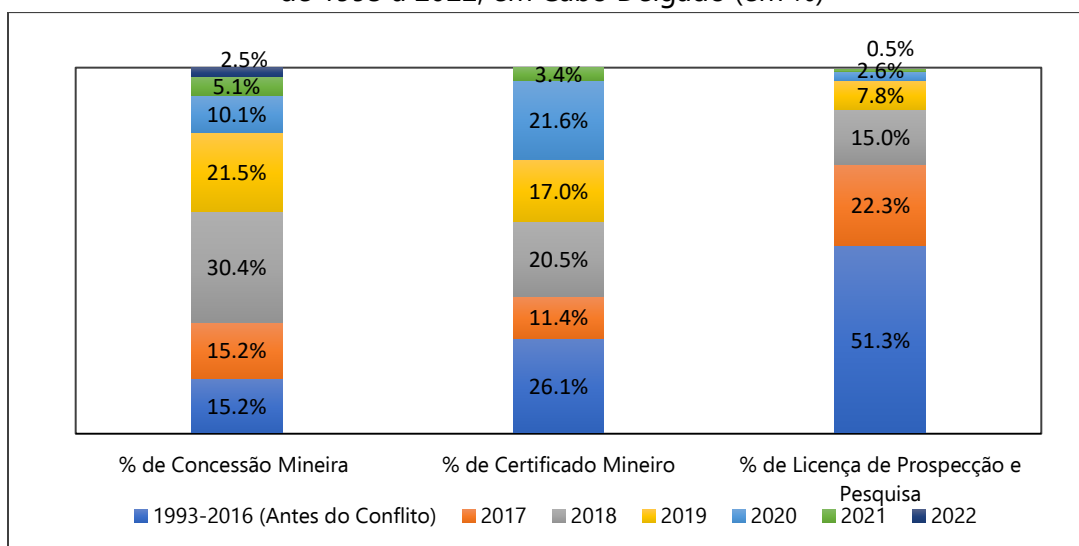
b) Certificado Mineiro

Presume-se que o crescimento do sector imobiliário em Cabo Delgado e o desenvolvimento do projecto de construção das instalações de apoio às operações *offshore* do GNL, no distrito de Palma, tenham contribuído para a pressão de pedidos e emissão de licenças de certificado mineiro para areia e pedra de construção na província. Dados recolhidos no portal do cadastro mineiro mostram que, entre 2017 e 2020, a emissão de certificados mineiros aumentou, com destaque para os anos de 2018 (20,5%) e 2020 (21,6%) (gráfico 1). A grande parte da emissão deste tipo de título mineiro concentrou-se na exploração de areia (20,6%) e pedra para construção (42,9%). Além disso, 36,5% do total de certificados mineiros emitidos no período destinaram-se à exploração de água-marinha, calcário, argila, granada, granito, minerais associados, ouro, pedras preciosas e semipreciosas, quartzo, rubi, saibro e turmalina.

c) Licença de Prospecção e Pesquisa

O início das operações de exploração de pedras preciosas pela Montepuez Ruby Mining no posto administrativo de Namanhumbir, distrito de Montepuez, coincidiu com um aumento de pedidos e emissão de licenças de prospecção e pesquisa (PP) em Cabo Delgado. De facto, os dados recolhidos mostram a tendência de crescimento de pedidos de licença para PP, no período de 2008 e 2016, foram emitidas, cerca de 51,3% licenças de PP nesse período. Em 2017, ano em que eclodiu o conflito armado, a emissão de licenças para PP atingiu o pico de 22,3%. A partir de 2020, a emissão de licenças de PP começou a reduzir drasticamente, tendo-se registado 2,6% do total de licenças, em 2020, e 0,5%, em 2021 (gráfico 1).

Gráfico 1: Emissão de licenças mineiras por ano no total emitido no período de 1993 a 2022, em Cabo Delgado (em %)



Fonte: Dados do Portal de Cadastro Mineiro de Moçambique

A diminuição da emissão das licenças mineiras em Cabo Delgado, a partir de 2020, pode estar associada à falta de novas áreas disponíveis para atribuição de licenças mineiras. De acordo com os dados recolhidos no portal do cadastro mineiro, as áreas atribuídas às empresas que operam no sector mineiro com licenças de concessão mineira (licenças em vigor) é de cerca de 224 mil hectares. Os dados recolhidos permitem, igualmente, constatar a existência de áreas ociosas (ou não ocupadas) ou não utilizadas para os fins solicitados. O Director-adjunto de Geologia e Minas de Moçambique referiu, numa entrevista transmitida na STV, que *"qualquer titular de licença de prospecção e pesquisa deve apresentar anualmente um relatório de execução de actividades e, caso não apresente, é-lhe retirado o título"*⁴. Neste contexto, alguns técnicos dos recursos minerais entrevistados em Cabo

⁴ Entrevista transmitida no programa "O País Económico" da STV no dia 4/11/2022.

Delgado referiram que na província não existem áreas disponíveis (pelo menos, em zonas com ocorrência de algum tipo de minério) para atribuição de novas licenças mineiras. Entretanto, existem inúmeras empresas que detêm licenças mineiras e não estão no terreno a explorar os recursos minerais. Relativamente a este aspecto, o Director-adjunto referiu, na entrevista transmitida pela STV, que *“o Instituto Nacional de Minas (INAMI) tem a prerrogativa de retirar título mineiro a uma empresa que não realiza a actividade mineira”*. Entretanto, os dados recolhidos do portal mineiro revelam que essa prerrogativa não está a ser implementada.

Os dados recolhidos mostram que as 59 licenças que abrangem áreas ociosas ocupam cerca de 600,4 mil hectares, dos quais, 280,1 mil hectares (correspondente a 46,7% da área total ociosa) estão concentrados em 21 licenças, detidas por um total de seis empresas. Entretanto, estas áreas continuam intactas e interditas a novos requerentes. Algumas áreas cativas pertencem a indivíduos com fortes relações com o governo central. Estes indivíduos detêm inúmeras licenças mineiras e solicitam-nas para, posteriormente, vender a outros investidores, nomeadamente a estrangeiros.

4.2. Análise de *Clusters*

Nesta secção apresentam-se os grupos de empresas que se destacaram, ou não, no licenciamento mineiro na província de Cabo Delgado no período entre 1993 e 2022. A análise de *cluster* permitiu distinguir três grupos homogéneos entre si e heterogéneos entre os grupos, a partir das variáveis seleccionadas, nomeadamente, área (Ha) e tempo de legalização (TL). Através dos centroides, pode-se constatar que o *cluster 2*⁵ representa o grupo maior no licenciamento mineiro em Cabo Delgado, possuindo áreas menores (em média, 2.696,3 hectares por licença) e em que se observou um período de tempo maior para obtenção das licenças aprovadas (407 dias tempo quase duas vezes superior ao previsto na lei de minas e no seu regulamento)⁶. Os resultados revelam ainda a existência de um grupo mais privilegiado no licenciamento mineiro representado pelo *cluster 1*⁷. Este grupo possui, em média, áreas superiores a 24.264,7 hectares e o tempo de legalização foi de 94 dias (tempo inferior ao previsto na lei de minas e seu regulamento). O *cluster 3*⁸ é caracterizado por licenças que abrangem áreas menores (em média com 1.993,1 hectares) e com um tempo de legalização da licença mineira menor (222 dias), que as empresas que compõem o *cluster 2* (gráfico 2).

⁵ Algumas empresas que compõem este grupo são: Sulbrita, Ida; Moz Gems Montepuez, Ida; Mab Mining, Ida; Ancuabe Mining, Ida; Sun Mining, Ida; Grafex, Ida; Baobad Aggragetes e Palmeira Mining, Ida.

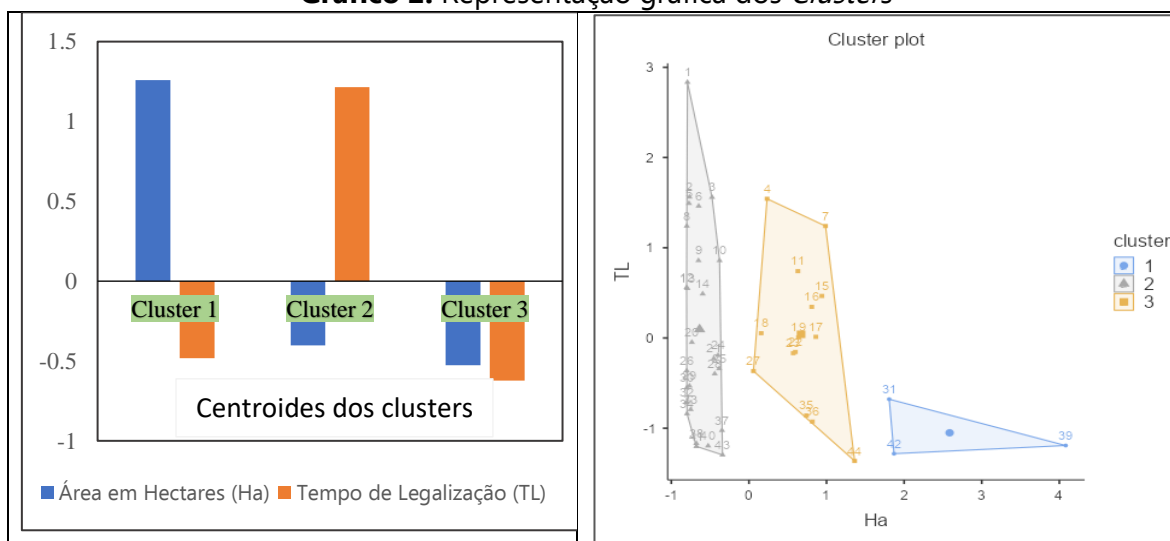
⁶ A Lei de Minas e seu Regulamento estabelecem um período de legalização da licença de concessão mineira de 180 dias.

⁷ Composto pelas seguintes empresas: Mwiriti Mining 01 a 06, Ida; Novo Megaruma Mining, Ida; Megaruma Mining, Ida; Twigg Exploration e Mining, Lda; Eastern Rubi Mining, Lda e Montepuez Ruby Mining, Ida.

⁸ Composto por (algumas): Patel Mining Privilege, Lda; Mozquarries, Lda; Yola 4, Lda, Ayleek Indústria, Lda; Pedreira de Cabo Delgado, Lda; CRL – Investimentos, Lda e Tchaumba Minerais, SA.

Os dados relativos ao *tempo de legalização* das licenças mineiras extraídos no portal de cadastro mineiro permitem distinguir dois períodos. No Governo dirigido pelo antigo presidente Armando Guebuza, o período de legalização da concessão mineira foi, em média, de 220 dias⁹, com mínimo e máximo de 1 e 571 dias, respectivamente. Comparativamente ao Governo de Felipe Nyusi, o período de legalização aumentou para, em média, 423 dias¹⁰, com mínimo e máximo de 49 e 1.252 dias, respectivamente. Porém, nas empresas com participação accionária do general na reserva Raimundo Pachinuapa, o período de legalização da licença variou entre 1 e 52 dias e as empresas por ele não participadas esperaram entre 151 e 157 dias (era o menor tempo possível para as empresas não participadas por Raimundo Pachinuapa). No Governo de Nyusi, o período de legalização das empresas participadas pelo general da luta de libertação nacional passou a variar entre 202 e 220 dias (ultrapassando o período legalmente previsto). Contudo, no mesmo período, as empresas não-participadas pelo combatente conseguiram tramitar as licenças num período que varia entre 49 e 59 dias. Assim, coloca-se a hipótese de existência de possíveis clivagens entre as duas figuras maconde.

Gráfico 2: Representação gráfica dos *Clusters*



Fonte: Construído com base nos dados do portal de cadastro mineiro

⁹ Mediana de 157 dias.

¹⁰ Mediana de 357 dias.

5. RESUMO E RECOMENDAÇÕES

Em resumo, os dados recolhidos sobre o licenciamento mineiro em Cabo Delgado sugerem que:

- Nos últimos 29 anos, a província de Cabo Delgado assistiu a um aumento substancial na emissão de licenças mineiras, concentrando-se na exploração de rubis, grafite, turmalinas, ouro e minerais associados. No período entre 2017 e 2020 a emissão de licenças mineiras na província aumentou.
- Os resultados permitem descrever cenários distintos de existência de empresas nacionais em aliança com o capital estrangeiro a deter maiores áreas de terra, beneficiando da sua aproximação e influência sobre o poder central, adquirindo licenças mineiras em menos tempo.
- Há um grupo de empresas que detém áreas ociosas, com mais de 600 mil hectares, mas que não utilizam efectivamente para o objectivo final.
- No Governo de Filipe Nyusi (2015 – actualidade), as empresas interessadas nas licenças mineiras viram o tempo de legalização a ser mais longo, ultrapassando os 180 dias que é o prazo previstos na lei para obtenção de uma concessão mineira.

Dos aspectos aqui constatados, torna-se preponderante a implementação de algumas acções concretas, nomeadamente:

- O Estado deve rever os mecanismos de atribuição de licenças mineiras de áreas superiores a 10 mil hectares, e a sua concessão deve ter a autorização da Assembleia da República;
- O Estado moçambicano deve cumprir os prazos estabelecidos na lei de minas e no seu regulamento, e eliminar o nepotismo ou favoritismo no processo de tramitação e concessão das licenças mineiras;
- O Estado deve, igualmente, descentralizar parte das receitas fiscais do sector mineiro para a província, para os técnicos dos recursos minerais poderem fazer a fiscalização das actividades mineiras, e se retirem os títulos mineiros às empresas com licenças mineiras, mas não realizam as suas actividades;
- Recomenda-se, igualmente, a realização de estudos comparativos, com introdução de mais variáveis neste tipo de análise.

REFERÊNCIAS

- ANACOM. (2010). *Situação das Comunicações 2009*. Lisboa: Autoridade Nacional de Comunicações. Retrieved 03-08-2023, from <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1030725>
- BANDE, A. (2022). *Interesses Empresariais no Sector Mineiro: A ascensão de um empresário chamado Cosme Jacinto Nyusi*. Maputo: Centro de Integridade Pública. Retrieved 02-22- 2023, from <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2022/10/Interesses-Empresariais-no-Sector-Mineiro-2.pdf>
- BEULA, E. (2022). *Cinco anos depois, extremismo violento atinge Montepuez e ameaça o negócio milionário de rubis*. Maputo: Centro para Democracia e Desenvolvimento. Retrieved 02-22-2023, from <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Cinco-anos-depois-extremismo-violento-atinge-Montepuez-e-ameac%CC%A7a-o-nego%CC%81cio-miliona%CC%81rio-de-rubis.pdf>
- E-GLOBAL. (2018). Moçambique: Empresa canadiana detém maior área de exploração de rubis no norte, adquirindo mais 9 licenças de exploração. Retrieved 02-22-2023, from <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-empresa-canadiana-detem-maior-area-de-exploracao-de-rubis-no-norte-adquirindo-mais-9-licencas-de-exploracao/>
- MATE, R. (2021). *Pedidos de Concessões Mineiras aumentam à medida que intensifica o conflito armado em Cabo Delgado*. Maputo: Centro de Integridade Pública. Retrieved 02-20-2023, from <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/licenc%CC%A7as-de-explorac%CC%A7a%CC%83o-mineira-.pdf>
- RANTALA, J. (2022). *Acesso Restrito: Zonas Encerradas Devido à Mineração (Cabo Delgado) e à Conservação (Sofala)*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Retrieved 02-22-2023, from <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/11/restricted-access-portuguese-vers.pdf>

Sítios da internet consultados:

PORTAL DE CADASTRO MINEIRO DE MOÇAMBQUE
Consultar em: <https://portals.landfolio.com/mozambique/pt/>.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org